

COMITÊ DAS BACIAS DOS RIOS PIQUIRI E PARANÁ 2

Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto nº 8.924/2013 - 10 de Setembro de 2013.

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO – CTINS DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PIQUIRI E RIO PARANÁ 2

No décimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, se reuniram por meio de web conferencia utilizando a Plataforma Zoom os seguintes representantes: **FABIO LEAL OLIVEIRA** da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; **TIAGO MARTINS BACOVIS** do Instituto Água e Terra – IAT; **AILTON MARTINS LIMA** da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP; **CELSO BRASIL DA CRUZ** da Cooperativa Agroindustrial Consolata – COPACOL; **LUCIMAR NOVAES DA SILVA** da COPAVEL Cooperativa Agroindustrial; **ALMIR CUNICO** da Universidade Federal do Paraná – Palotina - UFPR e **SÉRGIO MAKRAKIS** da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Participaram como convidados: **GUILHERME DANIEL** da C.VALE Cooperativa Agroindustrial e **ROBERTO GORDON HICKSON** do Instituto Água e Terra – IAT. Da Secretaria Executiva participaram: **LUCINEIDE APARECIDA MARANHÃO** Chefe de Divisão de Gerenciamento de Comitês de Bacias Hidrográficas do Instituto Água e Terra – IAT e **JULIANA CAVASSIN** do Instituto Água e Terra – IAT. O Sr. Tiago faz a demonstração dos cálculos de uso do Ribeirão Hong Kong onde a maioria dos usos advém da atividade de piscicultura e explica que os cálculos de disponibilidade hídrica são baseados principalmente na área de drenagem e na vazão específica. Quanto menor a área de drenagem, menor a disponibilidade de água tanto para captação quanto para lançamento. O Sr. Tiago diz que a Bacia do Ribeirão Hong Kong tem uma área de drenagem pequena e que nos cálculos, a área foi aumentada para a jusante para verificar se haveria algum problema dos usos de jusante que estão fora da área crítica. O Sr. Tiago descreve quais usuários estão presentes na área crítica e explica como é feito o cálculo da área de drenagem e como são as outorgas de cada usuário. Uma das únicas alternativas encontradas para que haja disponibilidade e que os lançamentos não prejudiquem a qualidade de classe 2 para a piscicultura, é a proposta de emissário para a COPACOL: com

31 empresa saindo da área de baixa disponibilidade e indo para a jusante do usuário
32 Laudénir. Nessa proposta, realizada a soma dos lançamentos, considerando a
33 quantidade de DBO para classe 3, tem disponibilidade água para todos os usos.
34 O Sr. Tiago, contudo, comenta que nessa proposta o ponto do usuário Laudénir
35 sai da área crítica e a COPACOL sai do enquadramento de classe 3, portanto o
36 comitê teria de fazer uma deliberação para alterar o enquadramento transitório
37 para classe 3 no trecho em que a COPACOL irá se instalar. O Sr. Fábio agradece
38 a apresentação e abre as inscrições para discussão. O Sr. Celso pede a palavra
39 e diz primeiramente que o complicador ficou com a COPACOL e que as outras
40 outorgas são mais recentes em relação a outorga da COPACOL; tem a questão
41 dos usos alternados que foi proposta pela COPACOL entre o Laudénir e o Rafael
42 e como seria essa proposta de mudança: que local seria esse, qual o custo,
43 avaliar se 80% da Q95 não aliviaria um pouco e pensar em alguma outra
44 proposta. O Sr. Fábio contribui dizendo que se fosse o caso da SANEPAR,
45 pensar num emissário para fazer um projeto, captação de recursos e obras são
46 8 anos; e pensar em que se pode avançar porque o tempo é uma questão difícil.
47 O Sr. Celso comenta que o Sr. Fábio foi bem ponderado e que apesar das
48 diferenças entre a cooperativa e a SANEPAR, isso demanda muito tempo,
49 recursos e outras questões e que levaria no mínimo 4 ou 5 anos e que precisaria
50 ver a distância entre os pontos para ver o montante desse investimento e a
51 viabilidade disso. O Sr. Celso comenta também que a vazão não utilizada dessa
52 forma 24h/dia e que a maioria dos processos tem reposições a cada 10 ou 15
53 dias e que não é conveniente mudar o ponto. O Sr. Tiago demonstra o mapa
54 com a distância do emissário que é de aproximadamente 2,9 km e que esse é o
55 único ponto que se verificou que não vá prejudicar os outros usos da bacia. O
56 Sr. Tiago fala que ele particularmente acha bem complicado e um assunto
57 sensível que haja tanto lançamento a montante de tantas pisciculturas e que são
58 cooperados da própria COPACOL que a mesma instalou antes de iniciar os
59 lançamentos e que não vê outra solução; quanto às outorgas, elas são feitas
60 com base no que os próprios requerentes mandam e que é usado o mesmo
61 critério para todo tipo de empreendimento. O Sr. Tiago menciona que o córrego
62 nasce próximo às instalações da COPACOL e que é um corpo hídrico pequeno
63 e que recebe lançamentos há anos, portanto já está na hora de mudar; quanto a

64 fala sobre a responsabilidade cair na COPACOL, todas os empreendimentos
65 foram observados e que inclusive, o Sr. Laudenir possui uma captação menor
66 do que a que ele precisava. O Sr. Sérgio pede a palavra e diz que o comitê
67 provavelmente vai encaminhar na questão da flexibilização do Q95 e que deve
68 ser mais realista na questão das solicitações; outra questão é que está
69 aumentando cada vez mais as áreas críticas na região e que haveria de ter um
70 técnico que tratasse exclusivamente da região devido à importância econômica
71 dela. O Sr. Sérgio comenta que houve uma evolução: agora além de demandar
72 quantidade, já se pode pedir que haja uma gestão mais clara; nas outras áreas
73 críticas havia a demanda de ver quanta vazão está sendo demandada
74 efetivamente por meio de monitoramento telemétrico e que talvez haja um alento
75 com o *El Nino* pois houve um período de seca durante o fenômeno *La Nina*. O
76 Sr. Fabio comenta brevemente a importância de se ter técnicos do IAT
77 acompanhando o dia a dia da bacia. O Sr. Celso diz que existem dois produtores
78 da COPACOL na região e dois que não são cooperados. O Sr. Celso diz que a
79 instalação do frigorífico se deu em 2008 e na ocasião, até por interesses
80 políticos, decidiu-se instalar a empresa lá devido ao fato da cidade ser conhecida
81 como Cidade da Tilápia. Ele também salienta que o processo foi outorgado pelo
82 órgão e que o processo de outorga para piscicultura precisa mudar porque o
83 cálculo de vazão por hora não funciona nesse caso e que existe a demanda de
84 um grupo que essa forma seja mudada. O Sr. Celso diz que entende que toda a
85 região foi estudada, mas que todo o impacto recairá na COPACOL e que a
86 proposta é sobre APP, ele sugere que seja feita a flexibilização do Q95 para 80%
87 e que haja a renovação de outorga com condicionante de que daqui a 5 anos a
88 COPACOL apresente uma solução para essas questões. O Sr. Sérgio pede a
89 palavra e diz que sugeriu ao gestor que seja realizada uma pesquisa sobre
90 captação de água da chuva para servir como reservatório de reposição de água
91 em cultivos; em conversa com um produtor foi relatado que sua perda de água
92 era mais por evaporação que por infiltração e que esses reservatórios ajudariam.
93 O Sr. Fábio diz que conhece Nova Aurora e pode falar sobre o impacto social da
94 COPACOL e que é necessário conversar com o grupo mencionado pelo Sr.
95 Celso para saber se já existem resultados sobre as pesquisas deles e pergunta
96 ao Sr. Tiago se há outra alternativa além do emissário. O Sr. Tiago gostaria de

ressaltar como é feito o cálculo de disponibilidade hídrica e que a COPACOL está fazendo lançamentos em uma área de 4,5 km² de área de drenagem onde a disponibilidade é bastante restritiva, houveram cálculos aumentando para 80% e também não haveria disponibilidade mesmo assim; se a COPACOL não se retirar, seria necessário retirar os usuários de apicultura pois eles necessitam de um rio de classe 12; quanto a questão levantada pelo Sr. Celso de a região mostrada ser de área de APP, isso é apenas para demonstrar qual será a distância em média do emissário e não onde exatamente será. O Sr. Tiago diz que a COPACOL realizou o pedido de ampliação das suas atividades no ano passado e o pedido foi indeferido, talvez o emissário seja até uma possibilidade de ampliação; na bacia do São Camilo, a SANEPAR está construindo uma nova estação e fazendo a ampliação da rede, com isso a bacia ficaria menos comprometida e haveria maior disponibilidade para outros usos. O Sr. Tiago vê como viável a proposta do emissário para que os outros usos possam ser preservados. O Sr. Celso pede a palavra e diz que entende a situação e se deve ponderar a respeito do prazo porque não se pode fazer um investimento desse porte com um prazo restritivo além de renovar a outorga para que consigam continuar operando legalmente nesse período; em relação ao que o Sr. Tiago comentou sobre o processo indeferido: foi com base nesse indeferimento que fizeram um projeto e um alto investimento em reuso de água para que possam atender a demanda sem aumentar os lançamentos. O Sr. Celso frisa que é necessário um maior prazo e que haja uma outorga de mais cinco anos pelo menos para que eles possam continuar operando sem afetar a região. O Sr. Fábio agradece e pergunta ao Sr. Tiago e Sra. Juliana se é possível ponderar sobre dar uma nova outorga com a condicionante que seja apresentado com esse prazo uma solução pela COPACOL. O Sr. Robert pede a palavra e diz que é necessário usar a menor quantidade de água com o maior reuso possível, mas que os requerimentos chegam ao IAT com os mesmos valores de anteriormente, talvez se os usuários enviarem os pedidos com volumes menores justificados, talvez a disponibilidade aumente não só no Hong Kong mas em outros rios para atividades futuras; não existem dados trabalhados ainda sobre efluentes, se está havendo pouca renovação é porque o lançamento é pouco e talvez a qualidade seja boa para diluição; o que não pode ser esquecido é que segundo a lei federal,

130 ao se colocar os rios em classe 3 haverá a inviabilização da utilização dos
131 mesmos para piscicultura. O Sr. Robert diz haver a necessidade da realização
132 de estudos em conjunto entre instituições que produzem peixe e instituições de
133 pesquisa que demonstrem qual a real necessidade de volume de água; os
134 grupos de trabalho servem para procurar essas soluções. O Sr. Sérgio pede a
135 palavra e diz que se precisa de um especialista para a região que consiga
136 quantificar essas questões. O Sr. Fábio pergunta ao Sr. Celso se a COPACOL
137 possui uma equipe que estuda essas questões ou se há parcerias com as
138 universidades porque é necessário que se haja dados técnicos e que, se for o
139 caso, sugere marcar outra reunião para conversar com essa equipe. O Sr. Tiago
140 menciona novamente o cálculo para comentar que se manteve 50% para
141 usuários de captação, 100% para lançamento de efluentes de piscicultura e 80%
142 para a COPACOL. O Sr. Celso diz que todo o trabalho realizado pela COPACOL
143 conta com uma equipe técnica e também conta, em alguns momentos, com
144 parcerias com a EMBRAPA e universidades; hoje o órgão ambiental não
145 diferencia o momento de enchimento e reposição então como você vai pedir uma
146 baixa vazão se para o enchimento é necessário uma alta vazão. O Sr. Robert
147 faz sua contribuição dizendo que a solução não está difícil de ser encontrada e
148 relata que o IAT está trabalhando solicitando outorga de lançamento de efluentes
149 e de captação de água com a instalação de medidores de vazão e que isso é
150 para viabilizar a ideia do Sr. Celso mas que é necessário saber qual usuário está
151 utilizando, em qual período e quanto está utilizando para que isso possa ser feito.
152 O Sr. Tiago menciona que quando o usuário utiliza uma bomba de 100m³/h, ele
153 estará utilizando 100m³/h e pergunta como seria feita a diferenciação nessa
154 questão. O Sr. Tiago também questiona o porquê de os usuários não
155 esclarecerem essas questões nos pedidos de outorga. O Sr. Celso diz que o
156 sistema do IAT não permite colocar certas informações e que já houve tentativa;
157 existe um caminho para resolver essa questão e isso deve ser feito em conjunto.
158 O Sr. Tiago pede a palavra e diz que quanto ao prazo pode ser dada uma outorga
159 curta para que se apresente uma alternativa; na reunião do GT será necessário
160 que COPACOL apresente dados para que se possa conversar. O Sr. Almir pede
161 a palavra e diz que é preciso fazer encaminhamentos; é importante que se olhe
162 para a questão social, mas que não se pode esquecer que esses

163 empreendimentos utilizam serviços ecossistêmicos e que a longo prazo isso
164 pode ser um “tiro no próprio pé” e lembrou que a câmara técnica não delibera
165 nada, quem delibera é o comitê. O Sr. Almir ainda diz que as partes envolvidas
166 devem pensar ações de longo, médio e curto prazo, ele sugere que a COPACOL
167 apresente um cronograma com todas as etapas necessárias para a realização
168 do emissário para que o IAT possa avaliar e dizer se será viável e liberar a
169 outorga por um pequeno período até que seja possível fazer o emissário. O Sr.
170 Celso diz que estabelecer um cronograma não é problema. O Sr. Tiago diz que
171 podem liberar uma outorga com a condição de estabelecer as metas com um
172 prazo menor. O Sr. Celso sugere que haja uma flexibilidade de que se no período
173 desse cronograma surgir outra alternativa ao emissário que ela seja
174 considerada. O Sr. Almir enfatiza que essa ideia é dentro de uma proposição a
175 curto prazo e que é necessário continuar pensando em ações de médio e longo
176 prazo, ele também enfatiza a necessidade de colocar essas ações em prática. O
177 Sr. Fábio diz que se deve apresentar ao comitê o emissário como solução até
178 que alguém apresente nova alternativa. O Sr. Almir diz que a câmara técnica
179 deve levar ao comitê como encaminhamento que acatou a proposta do IAT. A
180 Sra. Juliana sugere marcar uma reunião extraordinária com o comitê para
181 apresentar o parecer técnico da CTINS. O Sr. Fábio questiona se estão todos de
182 acordo e ninguém se manifesta contrariamente; ele pergunta se vão marcar nova
183 reunião da CTINS para discussão se o Celso apresentar algum trabalho sobre a
184 questão da vazão. O Sr. Sergio comenta que talvez se marque até duas reuniões
185 extraordinárias porque há muito o que se discutir. O Sr. Fábio pergunta o que os
186 demais acham de marcar nova reunião da câmara técnica para que cada um
187 possa apresentar uma solução alternativa e que é preciso dar sequência ao
188 plano de bacia. O Sr. Celso diz que no período entre reuniões a COPACOL se
189 propõe a apresentar soluções ao IAT e que devem agilizar a outorga provisória
190 para que a COPACOL continue operando. A Sra. Juliana diz que marcarão uma
191 reunião extraordinária para discutir essas questões mediante a preocupação do
192 Sr. Celso com a distância entre as reuniões. O Sr. Robert pergunta se não podem
193 marcar uma reunião do GT para não demorar muito. O Sr. Fábio diz que o GT é
194 para discutir soluções para bacias e não sobre a COPACOL e que para a
195 questão de agora é a emissão da outorga e o emissário. O Sr. Almir diz que a

196 CTINS foi reunida a pedido do comitê devido aos problemas do Rio Hong Kong
197 e que existe essa possível solução que a COPACOL irá discutir com o IAT; ele
198 diz que a reunião extraordinária deve ser convocada o quanto antes. A Sra.
199 Juliana diz que essas proposições precisam passar pelo comitê e que para isso
200 a reunião será marcada. O Sr. Tiago diz que um ponto a ser deliberado pelo
201 comitê é o 100% de diluição de efluentes das pisciculturas. O Sr. Fábio agradece
202 a participação e encerra a reunião.

Fabio Leal Oliveira

203

Fabio Leal Oliveira

204

Coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS